

MONOGRAFIAS DE ESTAGIÁRIOS DA EMERJ

APROVADAS PELAS BANCAS, EM EXPOSIÇÃO ORAL, NO FINAL DO
CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

SEGUNDO SEMESTRE DE 2000

*(Os trabalhos monográficos se acham à disposição dos interessados
para fins de estudos e pesquisas na Biblioteca da EMERJ)*

AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA NOVA FORMA DE ATUAÇÃO DO ESTADO

ADRIANA GOMES DE SOUZA

Noções sobre a atividade ordenadora do Estado e sobre as privatizações e as desestatizações no Terceiro Mundo, bem como sobre questões relevantes da função reguladora na experiência brasileira (122 p.).

CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS NA FALÊNCIA

ANA CLÁUDIA OLIVEIRA GERVÁSIO DE OLIVEIRA

Noções sobre as classes de credores habilitados na falência, sua divisão e os aspectos controvertidos na legislação e na jurisprudência (90 p.).

O DIREITO À INTIMIDADE DAS PESSOAS PÚBLICAS

ANDRÉA HADDAD REIMANN

Exame monográfico do direito à intimidade das pessoas públicas no contexto dos direitos e garantias individuais (Direitos da personalidade e da liberdade de pensamento) (91 p.).

GUARDA COMPARTILHADA

DANIELA DE MENDONÇA TAPAJÓS GOMES

O conceito do pátrio poder e da guarda dos filhos dá início ao estudo da monografista, que inclui as modalidades da guarda e sua aplicação no direito brasileiro (82 p.).

DANOS AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE PENAL (uma visão brasileira)

DANIELLA FIALHO SARAIVA SALGADO

Meio ambiente e ecologia: seus conceitos. A infração por dano ambiental e a respectiva responsabilidade penal (67 p.).

AÇÃO POPULAR E SUA EFETIVIDADE

ELIZABEL VERÔNICA DRABZYNSKI MOURAD

Origem e desenvolvimento da ação popular, suas características e seu processo. Considerações sobre a tramitação da ação popular (75 p.).

PRINCÍPIOS GARANTIDORES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

FABRÍCIO FERNANDES DE CASTRO

O processo e a Constituição. Os princípios e o devido processo penal. Os princípios processuais derivados do *due process*. Os oito princípios consagrados na Constituição são comentados pelo monografista (127 p.).

A AUTONOMIA DO DIREITO DA INFORMÁTICA

HAMURABI ALMEIDA DE PAULA NOVAES

Estudo sobre as acepções da expressão “Direito da Informática” e dos termos Informática e informação e sua utilização na informática, na telecomunicação e na telemática, bem como sobre sua autonomia principiológica e suas relações com os demais ramos do direito (164 p.).

RESPONSABILIDADE CIVIL ENTRE MARIDO E MULHER
IZABEL CRISTINA GUERREIRO

Precedida de estudo sobre o casamento, a separação judicial e os alimentos, a estagiária examina o discutido tema da responsabilidade civil entre marido e mulher por motivo de separação culposa, e resume em três grupos as condutas que ensejam a separação do casal e as reparações de natureza diversa (117 p.).

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA
JOÃO CLÁUDIO CARESTIATO DA SILVA

A conceituação do princípio da insignificância é precedida de estudo sobre o crime, sua evolução histórica e elementos estruturais, como a tipicidade e a culpabilidade, concluindo com o exame das questões relacionadas com o direito dito “alternativo” e a influência da doutrina alemã (121 p.).

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS HOSPITAIS À LUZ DO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

LETÍCIA TINOCO DE PAULA BRANDÃO

Estudo sobre a responsabilidade civil dos hospitais, antecedido de considerações sobre a responsabilidade civil em geral e no direito do consumidor (62 p.).

UNIÃO CIVIL
MÁRCIA ARAÚJO SIQUEIRA

Estudo das uniões sexuais. A união civil. A união civil e a sociedade brasileira. Estrutura jurídica do tema (99 p.).

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL PARA UMA
SOCIEDADE ABERTA

MARIA DAS GRAÇAS JOVENTINO DIAS

São examinados os diferentes métodos e elementos de interpretação na hermenêutica constitucional e os princípios constitucionais, precedidos

de questões de hermenêutica e de processos de interpretação. Seguem-se considerações sobre a sociedade aberta segundo os intérpretes da Constituição e sobre a Lei nº 9.868, que disciplina o processo e o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (113 p.).

A COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS

MARIA TERESA GUIMARÃES BELCHIOR

Estudo sobre o princípio da efetividade do processo, da teoria da relativização e do autor coletivo, precedido de noções da coisa julgada e das ações coletivas (116 p.).

USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO DE TERRAS DEVOLUTAS

MARLEI RODRIGUES E SILVA

Aspectos gerais do usucapião examinados pelo estagiário em monografia sobre o usucapião especial urbano, o sujeito e os requisitos da posse, a área usucapível e o usucapião de terras devolutas (77 p.).

GARANTIAS, PRIVILÉGIOS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MELQUÍADES A. AGUIRRE

Exame minucioso do crédito tributário, dando-se os conceitos de garantia dos privilégios e da preferência, com anexos da legislação tributária pertinente (159 p.).

CRITÉRIOS ATRIBUTIVOS DE NACIONALIDADE ORIGINÁRIA À LUZ DOS ELEMENTOS DO ESTADO E A TENTATIVA DE SUPRESSÃO DA APATRÍDIA

MIRELA ERBISTE

Com estudo do conceito e elementos do Estado, da soberania, do povo e de seu território, a monografia examina o Direito da nacionalidade originária e derivada, para concluir e se deter na preocupação da sociedade internacional de tentar suprimir ou evitar a ocorrência de mais

apátridas, uma situação lamentável no mundo. Daí a indicação dos diplomas, convenções e protocolos internacionais que se relacionam com o problema (81 p.).

DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO DIREITO DE FAMÍLIA

NILMA LÚCIA PATRÃO DIAS PAMPLONA CORTE REAL

Para apresentar considerações a respeito da desconsideração da pessoa jurídica apontou a monografista as teorias sobre a natureza jurídica e os aspectos dos atos abusivos por ela praticados. Além de examinar também as teorias da desconsideração da pessoa jurídica em geral, tratou da específica desconsideração da pessoa jurídica no Direito de família (105 p.)

ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL EM DECORRÊNCIA DA MUDANÇA DO SEXO

PATRÍCIA DOMINGUES SALUSTIANO

Além de um breve histórico sobre o transexualismo e os tipos sexuais anômalos, apresenta o direito à integridade física e moral e a questão da alteração do estado da pessoa (88 p.).

ASPECTOS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

PATRÍCIA MURAD

O problema da inseminação artificial, em suas diversas formas, é examinado sob os aspectos religioso, psicológico, ético e jurídico (144 p.).

O AVISO DE COBRANÇA

PATRÍCIA WANDERKOKE GONÇALVES

A matéria é tratada no âmbito do Direito Tributário, com estudo da natureza e do alcance do aviso de cobrança (129 p.).

MANDADO DE INJUNÇÃO: EM BUSCA DA EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO

RACHEL BRUNO ANASTÁCIO

A origem e os aspectos históricos e processuais. Visão geral e julgamento da injunção. Distinção entre o mandado de injunção e a ação de inconstitucionalidade por omissão (130 p.).

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

RODOLFO LEIVAS

O estagiário põe em confronto a questão do ônus da prova tratado no Processo Civil e no Código de Defesa do Consumidor, com exame final da necessidade de manifestação judicial prévia, determinando seja invertido o ônus de produzir prova para que ocorra a inversão (94 p.).

DIVÓRCIO DIRETO NO DIREITO BRASILEIRO

RODRIGO JOSÉ BALDI LOEWENKRON

Exame da ação de divórcio no Brasil e em outros países, e dos efeitos do divórcio direto, precedido de elementos históricos da família, do casamento e de sua crise (55 p.).

TRÁFICO DE MULHERES

SARA BEZERRA DE MENEZES COSTA

Evolução jurídica sobre o problema do tráfico de mulheres, os aspectos gerais, a legislação e a proteção dos direitos humanos (69 p.).

EXTINÇÃO DAS SERVIDÕES PREDIAIS

SERGIO BAALBAKI

Estudo sobre as servidões prediais, seus princípios, a distinção frente a outros institutos, classificação e formas de sua constituição e extinção (87 p.).

DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO: NOVO TÍTULO DE CRÉDITO EXTRAJUDICIAL

TAÍSSA SALLES ROMEIRO

A par de noções sobre o contrato de abertura de crédito, a monografista dá o conceito, aponta a natureza jurídica e estuda questões relacionadas

com a transferência (endosso) da cédula de crédito bancário. Examina, ainda, os procedimentos judiciais de cobrança com base no mesmo título (75 p.).

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO COMO
CONDICIONANTE AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE**
TATIANA DA COSTA BORGES GRAVINA

Evolução histórica da pena de prisão e o direito de recorrer da decisão condenatória. A prisão cautelar frente ao direito de recorrer em liberdade. A vigência do art. 594, do Código de Processo Penal, em face do princípio constitucional da inocência. A inconstitucionalidade do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 8.072/90 (137 p.).